



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS DE PORTO NACIONAL  
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

GLEIDSON SOARES DIAS

**O TRONCO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DIANÓPOLIS: O  
ESQUECIMENTO DOS SERTANEJOS REPRESENTADOS NA OBRA  
DEBERNARDO ÉLIS**

PORTO NACIONAL – TO  
2020

GLEIDSON SOARES DIAS

**O TRONCO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DIANÓPOLIS: O  
ESQUECIMENTO DOS SERTANEJOS REPRESENTADOS NA OBRA  
DEBERNARDO ÉLIS**

Artigo avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins, Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de História para obtenção do título de licenciado em História, e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Dr<sup>o</sup>. Vasni de Almeida

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

D541t Dias, Gleidson Soares .

O Tronco nos espaços públicos de Dianópolis: o esquecimento dos sertanejos representados na obra de Bernardo Élis. / Gleidson Soares Dias. – Porto Nacional, TO, 2020.

25 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Porto Nacional - Curso de História, 2020.

Orientador: Vasni de Almeida

1. Romance histórico. 2. Realismo. 3. Bernardo Élis. 4. Sertanejos. I. Título
- CDD901

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

GLEIDSON SOARES DIAS

***O TRONCO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DIANÓPOLIS: O  
ESQUECIMENTO DOS SERTANEJOS REPRESENTADOS NA OBRA DE  
BERNARDO ÉLIS***

Este artigo foi avaliado e apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Porto Nacional, Curso de Licenciatura em História, para a obtenção do título de Licenciado, e aprovado em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 18/12/2020

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Vasni de Almeida (Orientador) /UFT  
Universidade Federal do Tocantins

---

Profa. Dra. Regina Célia Padovan /UFT

---

Prof. Dr. Cleube Alves da Silva /UFT

PORTO NACIONAL – TO  
2020

## RESUMO

O artigo trata do poder dos coronéis, representado em *O Tronco*, de Bernardo Élis, obra ambientada nos acontecimentos travados na Vila do Duro, hoje Dianópolis, Estado de Goiás, ocorridos entre 1917 e 1918. A obra demonstra o poder oligárquico, a crueldade e o coronelismo e jagunçagem no norte-goiano nesse tempo. Revela mazelas e tragédias de uma sociedade marcada pela desigualdade e pela manipulação. De maneira reivindicatória, essa obra retrata a realidade social do Goiás sertanejo e esmiúça as condições sub-humanas, como num apelo do homem do sertão, esquecido dos governos e à mercê do poder e da dominação legitimada de seus senhores. Imbuído dessas questões, decidi abordar *O tronco*, tendo como principal razão esse livro conter uma narrativa que retrata a vida de muitas pessoas da minha terra natal, a atual Dianópolis – TO. Pretendo oferecer uma narrativa que não se limita à crônica dos acontecimentos, atingindo o que hoje definimos por romance histórico. Nasci em Dianópolis e cresci ouvindo os meus avós contarem essa história de lutas e batalhas de homens e mulheres que eram submetidos às condições degradantes de sobrevivência no Povoado do Duro. Minha intenção é indicar como a força do coronelismo se manifesta nas memórias preservadas nos espaços públicos da cidade, uma manifestação que coloca os sertanejos pobres no esquecimento.

**Palavras-chave:** Romance histórico. Realismo. Bernardo Élis. Sertanejos.

## ABSTRACT

The article deals with the power of the colonels, represented in *O Tronco*, by Bernardo Élis, a work set in the events that took place in Vila do Duro, today Dianópolis, State of Goiás, which occurred between 1917 and 1918. The work demonstrates the oligarchic power, cruelty and coronelismo and jagunçagem in the north of Goiás at that time. It reveals the ills and tragedies of a society marked by inequality and manipulation. In a claiming manner, this work portrays the social reality of the backcountry Goiás and breaks down subhuman conditions, as in an appeal by the man of the backlands, forgotten by the governments and at the mercy of the power and legitimate domination of their masters. Imbued with these issues, I decided to approach *O Tronco*, with the main reason that this book contains a narrative that portrays the lives of many people in my homeland, the current Dianópolis - TO. I intend to offer a narrative that is not limited to the chronicle of events, reaching what we define today as a historical novel. I was born in Dianópolis and grew up listening to my grandparents tell this story of struggles and battles of men and women who were subjected to the degrading conditions of survival in Povoado do Duro. My intention is to indicate how the strength of coronelismo is manifested in the memories preserved in the public spaces of the city, a manifestation that puts the poor countrymen into oblivion.

**Keywords:** Historical romance. Realism. Bernardo Élis. Sertanejos

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Capelinhha dos nove .....	19
Figura 2. Placa na Praça, com o nome dos nove homens mortos no tronco .....	20
Figura 3 Rua Coronel Abílio Wolney – Dianópolis TO .....	20
Figura 4 Frente da Escola Estadual Coronel Abílio Wolney .....	21
Figura 5 Busto em homenagem ao Coronel Abílio Wolney .....	21
Figura 6 Réplica do tronco .....	22

## **LISTA DE SIGLAS**

UFT                      Universidade Federal do Tocantins



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>O CORONELISMO EXPRESSO NA OBRA.....</b>	<b>13</b>
<b>3</b>	<b>AS MEMÓRIAS DOS CORONEIS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DE DIANÓPIS.....</b>	<b>18</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>23</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>24</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Cristiane Roque Almeida, em *História e Sociedade em Bernardo Élis: uma abordagem sociológica de O Tronco*, dissertação de mestrado defendida em 2003, a partir da obra de Bernardo Élis<sup>1</sup> é possível encontrar um significativo documento de análise social. Por se tratar de uma perspectiva literária muito envolvida com a realidade regional composta por indivíduos, ações e situações peculiares, é possível a compreensão de um tempo e um lugar sob uma perspectiva de análise em que podemos considerar as linguagens construídas pelo autor acerca de um contexto específico. Na trilha de Castoriadis (1991), a autora afirma que a linguagem é uma manifestação por excelência do imaginário. Veículo e substância do simbólico, é impossível compreender a história humana fora da categoria do imaginário. Assim, as significações imaginárias têm a função de responder às indagações da sociedade, à medida que esta inventa e define novas formas de responder às suas necessidades e à medida que também cria novas necessidades. Ao reconhecer as necessidades como elaborações culturais e a cultura como portadora do universo simbólico, a tomamos como o vértice a partir do qual se faz possível e adequada a compreensão da vida social. (Almeida, 2003).

Para Almeida (2003), a obra de Bernardo Élis reconstrói uma realidade social em que os fracos e oprimidos figuram sob o domínio do poder dos dominantes, temidos e respeitados até mesmo pelos governantes. Para a autora, o que chama a atenção dos estudiosos da obra de Bernardo Élis é a clareza com que o autor aborda temas de interesse social, como poder, dominação, opressão, violência, entre muitas outras temáticas relevantes à análise sociológica. A autora observa que na maioria de suas obras, o autor não se cala frente à miséria de nosso meio rural e com sensibilidade volta-se para o ser

---

<sup>1</sup>Bernardo Élis foi o único goiano a entrar para a Academia Brasileira de Letras, quarto ocupante da Cadeira 1, eleito em 23 de outubro de 1975, na sucessão de Ivan Lins e recebido pelo Acadêmico Aurélio Buarque de Holanda Ferreira em 10 de dezembro de 1975. Bernardo Élis Fleury de Campos Curado era advogado, professor, poeta, contista e romancista, nasceu em Corumbá de Goiás, GO, em 15 de novembro de 1915, e faleceu no dia 30 de novembro de 1997, na mesma cidade. Iniciou o estudo das primeiras letras com o pai, em casa. Passou o ano de 1923 na casa do avô materno, na capital do Estado, onde se matriculou no Grupo Escolar. Depois retornou para Corumbá continuando os estudos com o pai, de quem viria o estímulo para as letras. Aos doze anos escreveu o primeiro conto, inspirado em “Assombramento”, de Afonso Arinos. Em 1928, viajou com a família para Goiás, então capital do Estado, onde fez o curso ginásial no Liceu. Ampliou suas leituras, principalmente de Machado de Assis, Eça de Queirós e dos autores modernistas. Bernardo Élis publicou várias obras, entre elas *O Tronco*, considerada uma de suas principais obras, publicada em 1956, que posteriormente virou filme. No artigo utilizamos a 10ª edição de 2008 publicada pela editora José Olympio. (Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo\\_%C3%89lis](https://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_%C3%89lis). Acesso em: 05/01/2021).

humano, para a realidade da vida sertaneja que ele tão bem retrata em seus contos e no romance. A partir das considerações de Olival (1975), Almeida (2003) vai afirmar que a obra se trata de uma narrativa reivindicatória, cheia de perfis psicológicos e caricatos do homem goiano e seus sentimentos, sua alma, suas reações diante das mais diversas dificuldades da vida. De acordo com a autora, sua obra predominantemente regionalista, agita ante nossos olhos a realidade analfabeta, a realidade sertaneja e, no campo da reivindicação social, não se limita a demonstrar as condições de sobrevivência humana, mas a esmiúça como num apelo do homem do sertão ermo, esquecido dos governos e à mercê do poder e da dominação legitimada dos poderosos.

As forças sociais que levam os sertanejos a terem reações e instintos violentos, bem representados na obra de Élis, vem de desigualdades entre as pessoas, vem de uma vida dura repletade sofrimento onde o trabalho árduo e a pobreza de uma época remota e a certeza de impunidade por parte dos coronéis deixavam os mais fracos desacreditados na justiça (Almeida, 2003). Para essa autora, obra de Bernardo Élis nos leva a compreensão da sociedade goiana revelando a dura realidade sertaneja e a miséria do meio rural. Traz com sensibilidade, a imagem do homem do campo com suas lutas e glórias diante as adversidades da vida bem retratada em seus contos bem como o misticismo em contraste com o mundo natural.

Devemos lembrar, no entanto, que as obras literárias são diferentes dos escritos de um historiador. Para Almeida (2003), o historiador em seus escritos e em seus juízos, faz referência somente a objetos que ele apreende do externo, pela sua percepção baseada em dados e documentos. O romancista, por seu lado, narra seus personagens, as conhece de dentro, em suas intimidades, limitações e desejos mais profundos; as imagens que ele descreve são detalhadas em pormenores que só quem as criou pode narrar. Amparada em Hayden White (1978), a autora afirma que os historiadores se ocupam de eventos que podem ser atribuídos a situações específicas de tempo e espaço, eventos que são (ou foram) em princípio observáveis ou perceptíveis, ao passo que os escritores imaginativos – poetas, romancistas, dramaturgos – se ocupam tanto desses tipos de eventos quanto dos imaginados, hipotéticos ou inventados

É a partir das considerações de Almeida (2003) que buscamos compreender como Bernardo Élis recria o contexto político e social que envolve o coronel Abílio Wolney e suas práticas de mandonismo, passando pela questão da terra, do voto, da corrupção, da opressão, da política dos governadores, da violência, entre outros. Dessa forma, vamos tentar perceber a trama que se desenvolve a partir do inventário de Clemente Chapadense destacando as ações de sujeitos do romance que marcaram a história de Dianópolis, tais como Vicente Lemes, o coronel Pedro Melo e seu filho Artur Melo, o Juiz Municipal Valério Ferreira, os Juízes Hermínio e Carvalho, os soldados Baianinho e Severo, além dos vaqueiros Belizário e Casemiro e dos jagunços Abílio Batata e Roberto Dourado. Vamos nos ater ainda nas personagens Lina e Anastácia.

Ainda de acordo com Almeida (2003), o discurso literário pode dar vazão aos ideais daqueles que

foram postos à margem da história e não participaram das decisões. Para a autora, o romancista pretendeu reconstruir um contexto específico da história de Goiás. Nos valeremos dessa obra literária para apontar a memória do episódio do romance presente nos espaços públicos da cidade de Dianópolis.

Além da obra de Élis, utilizamos na feitura do artigo algumas fontes visuais da cidade de Dianópolis como forma de registro da importância do coronelismo ainda presente em suas ruas, praças e escolas. Dessa forma, fotografias foram utilizadas para demarcar como o poder dos coronéis envolvidos no episódio do Duro estão presentes na memória da cidade por meio preservação de seus nomes em espaços públicos da cidade. As imagens mostram toda homenagem aos coronéis e poderosos e a expressivo esquecimento dos sertanejos, tão bem retratado pelo autor ao longo do livro.

Não tivemos a pretensão de abarcar todo o conhecimento produzido acerca da obra de Bernardo Élis, queremos apenas dar uma pequena contribuição sobre as memórias da cidade de Dianópolis e demonstrar a importância da literatura como narrativa do mundo social e, sobretudo, aplicar esse conhecimento à realidade regional, ao mesmo tempo apontar que os sertanejos narrados na obra ficaram ausentes na história da cidade.

## 2 O CORONELISMO EXPRESSO NA OBRA

Nessa parte do artigo nos ocupamos em realçar como diferentes autores perceberam a forma com que Bernardo Élis tratou os sujeitos sociais do sertão goiano. Os analistas da obra de Bernardo Élis apontam uma narrativa em que os fatos nem sempre são evidentes e se apresentam por meio de um conflito passível de análise. Nelas, são frequentes os anti-heróis, sempre vítimas das adversidades ou de seus próprios defeitos de caráter. Gancho (2001) oferece como exemplo a descrição de um tipo que se tornou famoso na literatura brasileira: o sertanejo.

*O Tronco* nos conta a história verídica de uma luta travada no antigo povoado do Duro, entre a família Melo, moradora da região, e a força pública do Estado que, na época, era governado pelo desembargador João Alves de Castro. Segundo Teles (1995), suas cenas realistas - nem sempre agradáveis -, são reforçadas através da pronúncia típica da região limítrofe da Bahia. Em nossa compreensão, se o livro é ficção, isso não impede que seja baseado numa história que já aconteceu de verdade. Para esse autor, os jagunços tão bem retratados na obra de Bernardo Élis é uma representação do povo pobre. Pessoas que trabalhavam na roça e eram submetidos a todas as ordens vindas dos coronéis. Como as disputas por terra e poder eram constantes, esses homens iam sendo aproveitados como jagunços e, do outro lado estão os soldados do estado, que também eram trabalhadores rurais, era gente pobre que estava lutando, então os dois lutaram entre si. (Teles, 1995).

O tronco é, na verdade, um objeto. Um tronco de árvore cortado ao meio, com uma série de buracos, onde na época da escravidão prendiam-se os escravos como castigo e, continuava a servir no interior goiano retratado no romance em questão, como demonstração da ausência de justiça social, pois esta era encarnada na figura do coronel. O livro, lançado em 1956, aparece como representação dos vários massacres não registrados em nenhum livro da história oficial. É na literatura de ficção que o drama do sertão ganha espaço e é revelado, “com seus humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura”, todos aos quais Bernardo Élis oferece o seu livro (TELES, 1995).

Mesmo sendo uma ficção, recordamo-nos dos tempos de criança em Dianópolis, quando ouvíamos as pessoas mais velhas contar sobre a batalha do Duro. Ainda hoje, há algumas pessoas, parentes ou conhecidas da família, que, ao lerem as obras de Bernardo Élis, por vezes ficavam furiosas por se perceberem nas contendas em que se encontravam inseridas. Para essas pessoas, o episódio é um retrato camuflado de suas vidas. O debate entre história e ficção é uma constante. A característica de pesquisador (de pequenas e grandes histórias), tão peculiar a Bernardo Élis, como sua própria fala demonstra, foi alvo de duras críticas daqueles que querem perceber o texto literário como um documento histórico, já que com muita frequência a inspiração para suas obras veio da História e suas narrativas demonstram sua habilidade de pesquisador ávido da História de Goiás. Para Teles (1966), a narrativa de *O Tronco* demonstra a existência de algo comum no Brasil, imortalizado nas discussões de Da Matta (1990), que é a distinção entre pessoa e

indivíduo. O sistema de pessoas, de que trata DaMatta, observa o autor, é um universo onde encontramos os poderosos, os donos do poder tão bem lembrados até os dias atuais na cidade de Dianópolis e homenagens imortalizadas em praças, ruas e escolas. A constituição de um sistema de pessoas reforça a noção de hierarquia, pois o mundo pertence aqueles que tem um sobrenome forte e que o usam como troféu formando um grupo superior englobando os inferiores denominados de povo, cuja vontade é a vontade abrangente das

pessoas que falam por ele, se achando na responsabilidade de manobrar o sistema social, dirigir o mundo introduzindo a sua ideologia.

Para Costa (1999), o final do Império e o início da República foram períodos marcados por inúmeras contradições onde a principal base do governo monárquico era a aristocracia rural onde os senhores do açúcar tinham maior destaque nas forças armadas. Assim, o governo imperial, apoiava-se nas forças políticas enquanto o governo provisório não contava com nenhum tipo de apoio. De acordo com Schwartzman (1975), é clássica a interpretação do sistema político da Primeira República em termos do eixo café com leite, das oligarquias de Minas e São Paulo.

O termo coronel surgiu na Guarda Nacional (1832) e designava a patente mais alta de comando. A Guarda perdeu sua importância após a Guerra do Paraguai, quando o Exército se fortaleceu, mas o título persistiu como forma de expressar o poder dos latifundiários no interior do país. No livro *Coronelismo, enxada e voto*, publicado em 1949, o autor empregou o termo como conceito para explicar as particularidades que o domínio aristocrático adquiriu na Primeira República. Os coronéis se beneficiaram do voto aberto, o que lhes permitia o pleno controle sobre os eleitores no momento da eleição e a formação dos currais eleitorais. Valiam-se de todo tipo de coação, inclusive da força, para impor o chamado voto de cabresto e assegurar a vitória de seus candidatos. Também eram comuns as chamadas eleições a bico de pena, em que fraudes eram praticadas em todas as etapas do processo: no alistamento dos eleitores, na composição das mesas de votação e apuração, nas transcrições das atas e nos diplomas dos eleitos. O processo eleitoral era tratado como uma formalidade, e a vontade dos eleitores, como questão secundária. Unidos de cacife eleitoral, os coronéis se articulavam aos grupos oligárquicos que mantinham a hegemonia no plano estadual. Assim, estabeleciam uma ampla rede de alianças, por meio da troca de votos por favores, bens, nomeações para cargos públicos, obras, total impunidade e outros privilégios, que aumentavam seu poder local.

Em obra publicada em 1975, o mesmo autor afirma que o termo coronelismo alcança sua expressão mais aguda na Primeira República, demonstrando de certa forma a incursão do poder privado no domínio público. Trata-se de um poder privado decadente, que não pode ser identificado ao patriarcalismo do período colonial, mas que encontra no coronelismo uma maneira de conservar seu conteúdo residual. As relações de compadrio também são muito comuns nesse sistema de mando e subordinação que possui vida própria. São muitos os compadres do coronel e esse vínculo à medida que ameniza a hierarquia e suaviza as distâncias sociais e econômicas entre o chefe e os chefiados, cria também uma espécie de fidelidade,

explicada apenas pelos ideais de que sempre fora assim. São atitudes de dever sagrado, amoldadas pela tradição e pelos inúmeros favores devidos àquele que sempre paga as contas (Leal, 1975).

Em Goiás, de acordo com Palacin & Moraes (1994), as manifestações republicanas foram tardias e praticamente inexpressivas, devido mesmo à estrutura socioeconômica e cultural do Estado de Goiás à época, de forma que a transformação do regime monárquico em republicano ocorreu sem muitas dificuldades. Com uma situação geográfica desfavorável, devido à falta de meios de comunicação, a notícia da Proclamação da República chegou aqui a 28 de novembro, por carta. O povo, que não participava da vida política, acolheu a notícia com indiferença, já que a ideia nada representava para ele. Nada mudou em sua vida, mas os políticos continuaram a baixar decretos em seu nome.

Os políticos se surpreenderam e, após a confirmação da notícia, iniciou-se a corrida das diferentes facções para assegurarem sua parcela de poder na nova ordem. O estado de Goiás se tornou palco de uma acirrada luta de oligarquias rurais que disputavam a permanência e/ou a ascensão ao poder. Inicialmente, destaca-se na cena goiana os Bulhões, que dominaram o Estado desde a proclamação da República até 1912, quando os Caiado assumem o poder, nele permanecendo até 1930. De acordo com Palacin, “À época, os governantes eram considerados os “donos do poder”, e as lutas pelo poder político refletiam, em parte, a conjuntura nacional. “Não se deve pensar que estas crises políticas eram próprias apenas de Goiás. A turbulência política esteve presente em quase todos os Estados da Federação...” (1994, p. 84).

Nas três primeiras décadas do século XX, continuou predominando, em todo o Estado de Goiás, a grande propriedade rural ou como é conhecido: o latifúndio. O tipo de economia existente favorecia a grande fazenda que podia obter algum excedente em dinheiro, demodo a comprar coisas necessárias à vida no campo e não produzidas na própria fazenda. Aqui residia o poder do coronel, que mandava nas cidades, mas tendo o sustentáculo de seu poder no mundo rural.

Na narrativa de *O Tronco*, os coronéis, conhecidos por transgressões diversas, manobravam os fatos, deturpavam os acontecimentos em proveito próprio, exercendo o poder sem limites legais. Como o poder e o prestígio são passados de geração a geração, Pedro Melo, já velho, confiava na representação de seu filho Artur e a ele tudo participava. Inconformado com as represálias de Vicente Valério ele, que se considerava, juntamente com seu filho, o dono de tudo, sentia-se humilhado por ser governado. Eles eram quem detinham capacidade de governo, eles construíram tudo, lutaram pela melhoria da região. Artur ali era tudo. Estudou muito e aprendeu várias funções: “era o médico, o farmacêutico, o advogado, até o padre. (ÉLIS, .1979, p. 41).

De acordo com Campos (1987), o coronelismo, como fenômeno político que expressa a dominação econômico-político-social de uma região por um chefe político, não faz parte de um processo exclusivamente goiano. Em quase todos os Estados do Brasil, temos referências dessa forma de exercício da dominação. Como para Palacin (1990), o arranjo coronelístico, segundo Campos, era formado nacionalmente pelo tripé: chefia política municipal, situacionismo estadual e governo federal. Essa forma de governo passou a ser um dos traços característicos da Primeira República, conhecida também como a

República dos Coronéis.

No caso de Goiás, o coronelismo teve uma face específica devido ao atraso e à pobreza em que o Estado estava mergulhado. O coronel goiano não se assemelha, segundo Campos, a um tipo decoronel burocrata e nem ao típico coronel de regiões frágeis econômica e politicamente, pelo fato de, apesar do atraso, haver aqui um partido político bem estruturado. O compromisso coronelista, em Goiás satisfazia a política estadual e as partes envolvidas, já que sem a intervenção do Governo Federal, devido ao seu atraso e isolamento e devido à sua inexpressividade na configuração republicana nacional, o Estado estava em condições de auto-gestão.

Em *O Tronco*, o coronel Pedro Melo é caracterizado como um homem ambicioso. Veio do Piauí com seu pai, estabelecendo-se em Santa Maria de Taguatinga, mas comerciava em Duro, aldeados índios Acroá e Xacriabás. O prestígio social veio do casamento com Ana Divina da Rocha, da mais rica, mais numerosa e mais importante família do Norte de Goiás. Com alguma letra, passou a exercer funções de Juiz, Coletor de Rendas, Delegado. Por meios não legais, o coronel se elevou ao posto natural de Chefe Político, tornando-se possuidor de poder incontestável, demonstrando a existência de um poder tradicional, construído através dos tempos, “desde sempre”, e passado de pai para filho, sem que houvesse a intervenção da justiça. Era comum que as propriedades rurais estivessem em mãos de poucas famílias aparentadas entre si. A vida nessa grande propriedade rural era baseada em um sistema patriarcal herdado do período colonial, lá trabalhando e vivendo os sitiantes, vaqueiros, meeiros, camaradas, jagunços, etc. Numa terra sem justiça nem segurança, a justiça era a dos coronéis, baseada nas armas e na subjugação da população às vontades dos ricos fazendeiros que controlavam tudo.

De acordo com Olival (1990), Bernardo Élis, como narrador, adota inúmeras máscaras e posturas a partir das quais se revela, “por vezes, na visão ‘por trás’ ou, por vezes, na visão com’, aderindo à personagem, mas, sobretudo, numa técnica em que o ‘mostrar’ é muito forte: a técnica da linguagem cinematográfica: o estilo bernardiano”.

Na narrativa de *O Tronco*, os coronéis eram companheiros dos jagunços chefes de bandos famosos pelos massacres de Pedro Afonso, São Marcelo e Santa Filomena, no Piauí. A valentia desses jagunços era tanta que se dizia que eles “costumavam dar de beber pinga com pólvora a seus homens, para torná-los mais valentes” (ÉLIS, 1979. p.174). O coronel, de acordo com a lei do sertão, nunca mata seu inimigo, nunca ameaça quem o incomoda: manda o jagunço para fazê-lo. É também o jagunço que “toçaiá”, num ato de traição e covardia, com objetivo de eliminar os inconvenientes. Os jagunços também foram usados nas lutas familiares que se perderam no tempo e na terra, como se essa também guardasse ódios e rancores. Enfim, foram também muito usados como instrumentos nas lutas de facções políticas, embora não tivesse outra importância que atirar para matar e, na maioria das vezes, sem participar dos motivos das contendas. Sobreviveram na impunidade porque, o curto braço da justiça não alcançava o sertão, alimentando esse sistema, essa ordem social.

Em *A força do coronel* (1990), Chiavenato discute, tendo como base seus estudos sobre o bando



de Lampião, a origem dos conflitos que marcaram o sertão brasileiro. A origem de tudo isso é a terra, diz ele. Cangaceiros são crias das más condições de vida a que eram submetidos, das eternas dívidas, das humilhações pessoais, das perseguições e impunidades diversas cometidas pelos latifundiários. Trata-se de homens corrompidos pela dura realidade do sertão, que se revoltaram em uma vingança cega contra fatos como o abuso sexual de suas mulheres, irmãs e filhas pelos coronéis e seus protegidos.

Assim nasceram os primeiros cangaceiros, frutos de um conjunto de opressão social que os levaram ao crime. Muitos são os desmandos conhecidos: espancamentos de lavradores, estupros, saques, atropelos, desrespeito à ordem, às leis e, principalmente às autoridades. A prisão dos homens ao tronco leva todos ao desespero, inclusive Vicente e Valério que, sempre compactuados, agora entram em discordância. Vicente retruca: “(...) Estou lutando contra Artur Melo é por causa dos seus desmandos e não vou aceitar que a polícia faça a mesma coisa. Eu quero que imperem as leis e não avontade de Artur, ou Vicente Lemes ou Severo. Não concordo com isso, de jeito nenhum!” (ÉLIS, 1979 p.149).

Póvoa (1979), afirma que houve certo exagero de violência e humilhação em razão do desinteresse estatal que ao passar dos anos criou uma realidade crônica que nem as rezas e credences do povo não foram capazes de deter a tragédia trazida pelo cangaço. Assim, para o autor, *O tronco* é considerado o maior repositório da carga de violência que assolou o Estado de Goiás no começo do período republicano. Já para Olival (1998), Bernardo Élis pertencia à categoria de escritores que se empenhou, através de um comprometimento ideológico, na reforma social, como agente participativo na luta pela renovação das instituições responsáveis pela segurança do cidadão.

### 3 AS MEMÓRIAS DOS CORONÉIS NO ESPAÇO PÚBLICO DE DIANÓPOLIS

Com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, o Estado brasileiro iniciou uma política para acabar com a prática do coronelismo que afrontava o poder público em diversas regiões interioranas. Em algumas, como o norte goiano, os coronéis tinham mais poder político que o próprio delegado ou prefeito. Dessa maneira, eles mandavam e desmandavam em suas respectivas regiões. Nessa época, o povoado de São João do Duro era palco de uma acirrada rixa entre o grupo de Totó Caiado e seu cunhado, Eugênio Jardim, e Abílio Wolney, especialmente quando este, na presidência do Congresso Estadual, fez tramitar uma lei que previa uma espécie de reforma agrária em Goiás. Eis que então surge o estopim. O juiz Celso Calmon, sabendo da violência que estava ocorrendo, concluiu processo sem achar uma solução e voltou para Goiás na companhia de dez soldados. Para os combatentes que ficaram, a situação tornou-se dramática, tanto que eles libertaram Ana Custódia, a irmã de Abílio Wolney, para convencer o irmão a abortar o ataque em troca da liberação dos demais reféns. Porém, o coronel não se comoveu com o pedido de sua irmã e decretou o ataque aos policiais, que perdurou até o dia 18 de janeiro de 1919. Os policiais, em menor número e acuada em meio a tiroteio, assassinaram quase todos os reféns e começaram a fugir, alguns até se vestiram de mulher para confundir os jagunços. O processo do inventário não foi bem concluído e nove integrantes da família Wolney morreram amarrados ao tronco. O juiz Celso Calmon foi condenado pelo Estado de Goiás a um ano de suspensão e mais pagamento de multa devido à equivocada ordem de prisão dada aos membros da família do coronel. Os policiais que sobreviveram foram detidos. Por outro lado, o coronel Abílio Wolney continuou no poder até a sua morte aos 89 anos, em 1965 (NOLETO, 2019).

Em 2019 a população dianopolina foi motivada a reverenciar o cenário desse trágico, mas relevante episódio histórico ocorrido nos idos de 1918/1919, conhecido como: *Barulho do Duro*, *Chacina dos Nove* ou *Quinta Feira Sangrenta*. Educadores, membros da Academia Dianopolina de Letras, o poder público, instituições, famílias, comunidade em geral, almejavam com essa iniciativa incentivar a pesquisa, o debate, a leitura, o estudo, como também o revisitar, o reescrever, o resgatar, o registrar temas correlatos e decorrentes, e nesse enfoque analisar os conflitos gerados. A partir de novas pesquisas busca-se interpretar a desestabilização do ambiente político, social, econômico, familiar no município e suas consequências.

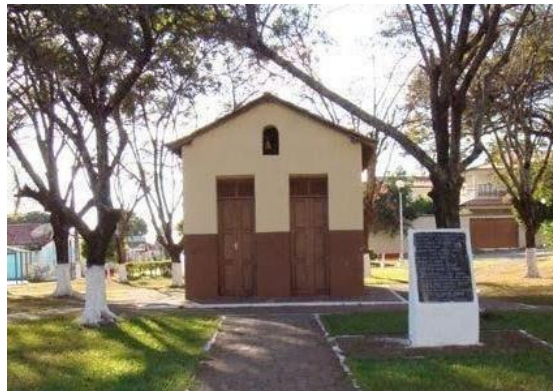
Para analisar as imagens que marcam a memória de Dianópolis, estivemos atentos ao que discute John Berger (1987). Para esse autor, vivemos, indiscutivelmente, em uma era de informações associadas às imagens. O uso de imagens possibilita a interpretação da história, em determinados períodos ou épocas, com uma riqueza de informações e detalhes, sendo, portanto, uma excelente fonte de pesquisa para o ensino de história na atualidade. Para o autor, o olhar chega antes da palavra, ou seja, os seres humanos, antes de aprender a falar, comunicam-se pela visão. Assim, olhar é um ato de escolha. A percepção de qualquer imagem é afetada pelo que sabemos ou pelo que acreditamos. Com isso, pode-se entender que toda imagem incorpora uma forma de ver. Ao olhar as fotografias dos espaços de memória de Dianópolis é possível perceber que foram os atores sociais que se sobressaíram e aqueles que foram esquecidos.

Na tarefa de entender o episódio retratado no livro e sua influência na memória social da cidade, seguimos as considerações de Ecléa Bosi (1994), quando essa afirma que as memórias ofertam insumos férteis e exemplos de erudição para servir as grandes causas vividas pela humanidade. Bosi afirma que pode haver falhas de cronologia, porém, certamente é possível realizar uma operação histórica grandiosa. Nessa trilha tecemos comentários acerca de imagens cedidas por pessoas que viveram em Dianópolis, filhos de Dianópolis e que carregam na lembrança os principais protagonistas e os esquecidos da chacina ocorrida que resultou na formação histórica dessa referida cidade.

Dianópolis é uma cidade histórica considerada um dos berços da cultura tocantinense. Está localizada no Sudeste do Estado do Tocantins, a 352 Km de Palmas, Capital do Estado. Em uma latitude 11°37'40" Sul e uma longitude 46° 49'14" Oeste, estando em uma altitude de 693 metros. Sua população, de acordo com o IBGE (2010), é de 19.112 habitantes, na sua maioria de classe média e pobre. Suas principais fontes de Economia: agropecuária, turismo e geração de energia elétrica. Dianópolis vive atualmente em um momento de desenvolvimento.

Procuramos comentar as imagens que colhemos na cidade assim que o nosso projeto de pesquisa começou a ser colocado em prática. Nossa ideia era fotografar nas ruas, praças e prédios públicos os registros que remetiam ao episódio narrado na obra de Bernardo Élis. Queríamos saber quem teve a memória preservada nos espaços públicos da cidade e que ficou esquecido.

Figura 1- Capelinha dos nove



Fonte: Acervo do autor (2020).

Em homenagem à memória dos mortos do tronco, foi erguida a Capelinha dos Nove, ainda hoje de pé, como que guardando no seu silêncio o desfecho da sangrenta história da nossa vila de São José do Duro. Quem visita a cidade e observa a capelinha, ficará sabendo de familiares pertencentes às famílias dos coronéis, mas pouco saberá sobre os sertanejos que estiveram à serviço das mesmas.

Figura 2 - Placa na Praça, com o nome dos nove homens mortos no tronco.



Fonte: Acervo do autor (2020).

Com ajuda do poder público, a capelinha foi reformada, cercada com um gramado e identificaram-na por uma placa de bronze com o nome das nove pessoas assassinadas e enterradas em uma cova rasa nas cercanias da vila, onde hoje existe a capelinha, conhecida como Capelinha dos Nove. Vale a pena ressaltar que os mortos não eram sertanejos e sim pessoas ricas da família do Coronel Abílio Wolney, bem como seus como seus protegidos - compadres e agregados. Sobre os sertanejos, que tão bravamente lutaram ao lado dos coronéis, não há registro e nenhuma homenagem eles na cidade. Ficaram esquecidos, apesar de vivos no imaginário dos moradores locais. Os governantes de Dianópolis não se preocuparam em preservar a memória dos pequenos da terra, o que configura um esquecimento social, onde somente os ricos, descendentes dos coronéis, foram lembrados nos espaços da cidade em placas, escolas e ruas.

Figura 3 - Rua Coronel Abílio Wolney Dianópolis TO



Fonte: Acervo do autor (2020).

Na obra de Bernardo Élis, o Coronel Abílio Wolney, gravado na memória da cidade por uma placa de rua, foi representado pelo Coronel Pedro Melo, um homem rico que não admitia desforose que mandava em todos na vila. O Coronel Abílio Wolney era dono de 14 fazendas e milhares de cabeças de

gado, tudo espalhado pelas divisas de Goiás e da Bahia. Foi agente dos Correios, deputado aos 18 anos de idade, Juiz Adjunto, Tenente Coronel da Guarda Nacional, Administrados da Mesa de Rendas, viajando por todo o interior de Goiás. (OLIVEIRA, 2012). Esta rua está localizada no centro da cidade em uma avenida comercial.

Figura 4: Frente da Escola Estadual Coronel Abílio Wolney



Fonte: Acervo do autor (2020).

Além de ter seu nome gravado em placa de rua e de praça, o Coronel Abílio Wolney continuou sendo homenageado na cidade de Dianópolis. A imagem acima mostra que, próximo à rua que leva o seu nome, existe a escola estadual cujo nome marca mais ainda o seu nome na memória da cidade.

Figura 5: Busto em homenagem ao Coronel Abílio Wolney



Fonte: Acervo do autor (2020).

O busto acima, erguido em uma praça no centro da cidade de Dianópolis leva também o nome do Coronel Abílio Wolney. Sua carreira política pode ser assim sintetizada: Deputado Estadual em três legislaturas (1894-1911); Presidente do Congresso Estadual, Pré-candidato ao governo de Goiás,

Deputado Federal (1900); Prefeito de Barreiras-BA (1931-1937) e Prefeito de Dianópolis (1946); Secretário do Conselho Municipal (Vereador); Agente dos Correios, Juiz adjunto; Tenente Coronel e Coronel da Guarda Nacional. (OLIVEIRA, 2012). Mais uma vez, as homenagens aos ricos da terra silenciaram a vida dos sertanejos.

Figura 6: Réplica do tronco



Fonte: Acervo do autor (2020).

A fotografia acima é do tronco que simboliza a morte dos nove do episódio do Duro. O símbolo está localizado na Praça da Capelinhados Nove, na parte central da cidade. É uma réplica do tronco onde nove homens que foram torturados e assassinados. A imagem irriga mais uma vez a memória que lembra pessoas da família dos coronéis. E mais uma vez há o silenciamento quanto aos sertanejos.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos que a linha que separa os fatos históricos dos ficcionais, em *O Tronco*, é muito tênue. Acreditamos que Bernardo Élis quis mais que reconstruir um contexto específico da história de Goiás – ele quis contar um pouco dessa história, transfigurando-a à sua maneira, sem compromisso com a visão da historiografia oficialmente sancionada. Dessa forma, a visão literária não divergiu da história evidenciando, além das disputas de poder, a fragilidade de uma região distante da capital e de outros centros populacionais e à mercê do pacto entre coronéis.

O coronelismo destaca-se como grande foco na obra de Bernardo Élis. A dedicatória do livro resume superficialmente o que foi a saga dos coronéis do norte de Goiás, quando Élis diz, “aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura”. (ÉLIS, 1956). Todavia, esses não tiveram uma sepultura. E no futuro a cidade de Dianópolis não se importou em lhes render homenagens. As memórias presentes nos monumentos das cidades revelam, quase sempre, aqueles que possuem o domínio social, político e econômico. Os sertanejos, quase sempre, esquecidos.

A narrativa relata os intensos conflitos entre os coronéis do norte e do sul de Goiás que tinham o governo como seu grande aliado. Uma vez contando com apoio governamental, os fazendeiros possuíam a sua disposição as forças militares. Os coronéis do norte de Goiás contavam com a força de combate dos sertanejos. As antigas relações dos poderes agrários e governamentais revelam o interesse de grandes famílias e grandes senhores, aliciando o povo sofrido do sertão para lutarem e darem a vida pelos seus interesses e ambições. E esses foram esquecidos pelas homenagens nas ruas, praças e escolas da cidade.

E esse poder dos coronéis foi preservado na cidade de Dianópolis, com seus nomes eternizados em ruas, praças e escolas. Em todos os eventos comemorativos da cidade, a imagem dos coronéis e os seus familiares voltam com toda força em forma de apresentações culturais, fato que demonstra a busca constante de preservação da memória dos que dominam. Com isso, apenas os ricos e poderosos têm o seu nome gravado na memória do povo dianopolino, o que faz a cidade não valorizar os sertanejos, guerreiros que deram seu sangue para a construção da história de Dianópolis. Passaram a vida obedecendo fielmente as ordens e desmandos dos coronéis e foram esquecidos por não pertencerem a nenhuma família com sobrenome importante. Seus nomes não estão gravados em nenhuma obra pública da cidade. Foram esquecidos. Estão apenas nas lembranças das pessoas. Essas lembranças precisam ser visitadas em outras pesquisas.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA ROQUE, Cristiane. *História e Sociedade em Bernardo Elis: Uma Abordagem Sociológica de O Tronco*, Goiânia: 2003. (Dissertação de Mestrado)
- Bosi, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- Berger, J. *Modos de ver*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos* – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CHIAVENATO, Júlio José. *Cangaço: a força do coronel*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1990.
- ÉLIS, Bernardo. *O Tronco*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2003.
- ÉLIS, Bernardo. *Obras Reunidas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1979 (Coleção Alma de Goiás – 5 volumes).
- GANCHO, Cândida V. *Como analisar narrativas*. São Paulo: Ática, 2001.
- LEAL, Victor N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *Bernardo Elis: o “silêncio ruidoso” de um grande escritor*. In: Revista da Academia Goiana de Letras: Bernardo Elis – imortalidade de nome e obras (tributo). Goiânia, nº 21, p. 35-41, 1998.
- OLIVEIRA, Eliézer Cardoso. *Chacinas, combates e massacres: medo e violência em Goiás*. Goiânia: PUC-GO; Kelps, 2012.
- PALACÍN, Luis. *Coronelismo no extremo norte de Goiás: o padre João e as três revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Ed. da UFG, São Paulo: Loyola, 1990
- PÓVOA, Osvaldo R. *Quinta-feira sangrenta*. Goiânia: Editora Líder, 1979.
- SCHWARTZMAN, Simon. *São Paulo e o estado nacional*. São Paulo: Difel, 1975.
- TELES, Gilberto Mendonça. *Estudos goianos II: a crítica e o princípio do prazer*. Goiânia: Ed. da UFG, 1995. (Coleção Documentos Goianos, 27, v. 2).
- WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaio sobre a crítica da cultura*. São Paulo: Ed. USP, 1994.



NOLETO, Marília. *Uma marca de sangue na História de Goiás: os cem anos do “Barulho do Duro”*, 2019. Disponível em: <https://www.jornalopcao.com.br/opcao-cultural/uma-marca-de-sangue-na-historia-de-goias-os-cem-anos-do-barulho-do-duro-159367>. Acesso em: 11/2020.